A Família Ocidental Contemporânea e a (Homo) Parentalidade

“Quando o casamento parecia a caminho de se tornar obsoleto, substituído pela coabitação sem nenhum significado maior, chegam os gays para acabar com essa pouca-vergonha.”

Luis Fernando Veríssimo

Embora a cada momento histórico corresponda um modelo de família preponderante, não significa que este seja único. Em outras palavras, paralelamente aos modelos dominantes de cada época, sempre encontraremos outros. Assim, não devemos falar de *família*, mas de *famílias*, para que possamos tentar contemplar a diversidade de relações familiares que convivem em nossa sociedade. A antropologia já explorou exaustivamente este tema, mostrando os diferentes sistemas de parentesco existentes em nossa civilização e as diversas constituições familiares possíveis, fazendo com que concluamos que família e parentesco podem ser relacionados mas não igualados. Portanto, fica difícil entendermos alguma configuração familiar como *nova*, já que as combinações possíveis ao longo da história da humanidade são recorrentes.

Com a noção em mente de que a própria família é uma construção social e que não devemos tomar a heteronormatividade como modelo, é possível entender as diversas formas de famílias, sem tomarmos nenhuma como norma, principalmente a família nuclear burguesa. Como nos lembra Gilberto Velho,

(...) pode-se perceber que a família não é tão nuclear assim, pois, por mais precária que for a consideração, se compararmos com outras situações históricas ou com outras sociedades, existe uma articulação entre as várias famílias nucleares. Tal articulação é significativa para a construção social da identidade e, portanto, fundamental à compreensão da subjetividade dos indivíduos que compõe essa sociedade. (VELHO, 1987, p. 82)

Sob influência da psicanálise e da própria modernidade, surge, na segunda metade do século XX, a *família contemporânea*, ou *pós-moderna*. A família se vê diante de uma sociedade onde o sujeito deixa de ser autônomo, já que a

psicanálise traz a noção de que a autonomia é uma ilusão da consciência, que por sua vez é determinada pelo inconsciente, que lhe é desconhecido. Os divórcios aumentam, a autoridade paterna é questionada em todos os seus aspectos e o casamento passa a ter sentido somente na medida em que há uma busca pelo prazer e pela completude, se desfazendo quando estas buscas não mais existirem. Isto implica, como já dissemos, na desvinculação do prazer sexual em relação à procriação e abre as portas para arranjos familiares os mais diversos, entre eles, o homossexual que, com a instituição da adoção, abre caminho para o direito à paternidade homossexual. Segundo Cadoret (2002), a parentalidade homossexual pode ocorrer de quatro formas: recomposição após união heterossexual, adoção, co-parentalidade (o filho é gerado de forma natural sem que haja vínculo familiar entre os pais) e por inseminação artificial. O interessante é perceber que na França, de acordo com Cadoret, a paternidade homossexual é fruto de planejamento familiar do casal e é feita, na maior parte das vezes, de forma legal por um dos parceiros, já que a legislação daquele país ainda não contempla a adoção pelo casal homossexual.

Já no Brasil, esta adoção, apesar de também ser muitas vezes legal, é feita normalmente da forma que se convencionou chamar de “adoção à brasileira” que “consiste no registro legal de uma criança adotiva como se fosse filha natural do adotante” (Tarnovski, 2002). Esta forma de adoção, apesar de não reconhecida pelas leis brasileiras, dá conta do desejo do casal homossexual, impedido de adotar em função de barreiras na legislação. Segundo Tarnovski (2002), apesar de a adoção no Brasil por homossexuais ser um projeto individual e não do casal, o sistema de parentesco, construído por este processo, é diferente do de países como a França, onde a constituição de uma família pelo casal passa mais pelo desejo de afirmação de uma identidade homossexual, coisa que em nossa sociedade não acontece.

Hoje, a família brasileira já não tem a mesma estrutura rígida, tendo diminuído de tamanho e sendo a monoparentalidade bastante comum, onde a mulher como chefe de família é situação corriqueira. Outras mudanças incluem a diminuição de fecundidade e mortalidade, além do aumento da longevidade (Scalon, 1999). Contudo, podemos dizer que a família patriarcal deixou na sociedade resquícios de sua organização, o que não significa que possa ser considerada ainda como único modelo institucional válido que sirva para

caracterizar a família brasileira que, de acordo com a definição do IBGE, seria o “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, todos residentes na mesma casa” (IBGE, 2000).

A grande transformação por que passa a família brasileira abre espaço para a maior visibilidade dos núcleos familiares homossexuais e para a parentalidade homossexual. Segundo Danda Prado, estas famílias no Brasil se compõe de “pessoas do mesmo sexo que vivem juntas, com crianças adotivas ou resultado de uniões anteriores, ou, no caso de duas mulheres, por filhos por inseminação artificial”. (Prado, 1981).

Em vários estudos, como o realizado na Universidade de Nova York, (Kerr & Bowen, 1988) comprovou-se que instituições tais como a família, passam por períodos de equilíbrio e crise. Quando há alguma mudança em curso, a tendência é que se tente voltar ao estado anterior. O atual contexto social, onde diversos arranjos familiares e a divisão de poderes são mais igualitários, se distanciando por vezes bastante do modelo tradicional de família, há um claro desafio à ideologia cultural dominante, principalmente através da desconstrução da noção de masculinidade tradicional, redefinição de tarefas domésticas, inserção da mulher do mercado de trabalho e visibilidade de casais homossexuais. Assim sendo, a reação à configuração homoparental representa uma destas tentativas de retorno ao modelo tradicional anteriormente estabelecido.

A fim de melhor compreendermos a parentalidade homossexual, é importante ressaltar que esta passou por três fases (Uziel, 2002), onde em uma primeira o filho advinha de relação heterossexual, uma segunda marcou a maternidade lésbica e por fim a terceira, trazendo a paternidade homossexual masculina. A pesquisa desta dissertação se ocupa em investigar a primeira fase.

A respeito da formação desta estrutura familiar, a pesquisa de Auerbach e Silverstein (1999) mostra conclusões interessantes. Uma delas diz respeito ao conflito da orientação homossexual e a paternidade e a outra aponta para uma tendência em se desvincular gênero e paternidade, já que através de uma comparação de diferentes famílias em diferentes culturas, observou-se que a paternidade está na verdade mais ligada a estratégias de adaptação a contextos específicos, podendo a função parental ser perfeitamente exercida por um casal composto por membros do mesmo sexo ou de sexo oposto, estando estes biologicamente ligados à criança ou não. Os autores da pesquisa alegam que a

visão chamada por eles de “neoconservadora” - que afirma ser a família heterossexual a estrutura ideal para a criança- está provavelmente equivocada, já que os resultados aos quais chegaram estes autores apontam para o fato de a figura materna ou paterna não serem essenciais, pois diferentes arranjos familiares se mostraram competentes em educar suas crianças, concluindo ser necessário, ao menos, um responsável adulto que tenha uma relação afetiva bem estruturada com a criança, mantendo um relacionamento sólido com ela. Assim sendo, nem o gênero do adulto ou sua relação biológica com o filho. A conclusão seria que, para o desenvolvimento sadio da criança, podem haver um ou dois pais sem que o ajustamento emocional do filho não sofra significativas mudanças. O que se descobriu com isto foi que a estabilidade emocional e o grau de envolvimento dos pais com a criança seriam as variáveis que verdadeiramente determinariam um desenvolvimento saudável do(a) filho(a), fazendo com que o casamento heterossexual deixe de ser o único contexto no qual pais ideais sejam mais facilmente encontrados. A maior dificuldade reside no fato de que muitas vezes ainda nos esquecemos do caráter preconceituoso que o questionamento a respeito de “quem fará papel de pai ou mãe” em um casal homossexual com filhos carrega, tanto no senso comum e até, por vezes, na própria academia. Por esta razão, é sensato afirmarmos que a função tanto materna quanto paterna poderá ser desempenhada por ambos, mesmo se a posição “materna” for mais marcada na atuação de um dos membros do casal.

Segundo Zambrano (1996).

o exercício das funções materna e paterna se dá de acordo com as características e preferências de cada um, não havendo necessariamente, nos casais homossexuais, uma divisão rígida de "papel de gênero": feminino para o que cumpre uma função dita materna e masculino para uma função dita paterna. (...) O segundo pai ou o companheiro do pai, em geral, ocupa um lugar mais "maternal", não porque seja mais feminino na sua identidade, mas porque se encarrega das tarefas nas quais o reconhecimento do "verdadeiro" ou do legal não é solicitado, geralmente os cuidados domésticos (Zambrano, 2006).

Mas o que é, afinal, a “homoparentalidade”?

A origem deste termo vem da tradução do termo francês “*homoparentalité*”, cunhado pela *Association des Parents et futurs parents Gays et lesbiennes* (APGL), na França em 1997. Ao criar este termo, o grupo tinha como objetivo nomear a configuração familiar na qual um(a) dos(as) parceiros(as)

fosse homossexual. Com isso, não se deve entender, contudo, que antes da criação deste termo a família já não fosse atravessada pela homossexualidade ou que não houvessem casais homossexuais com filhos. O problema estava justamente no antagonismo que esta orientação sexual - já estigmatizada - gerava quando se pensava em homossexuais constituindo uma família. Na verdade, o termo homoparentalidade veio facilitar uma maior articulação entre a homossexualidade e a experiência de paternidade.

A primeira abertura do Poder Judiciário brasileiro em relação à adoção conjunta de um casal homossexual masculino foi na cidade de Catanduva, interior do estado de São Paulo, quando o juiz Spoladore Domingos, aceitou que dois homens entrassem para a fila de espera de pais adotivos em 2004, baseando sua decisão pela Resolução nº 01/99, do Conselho Federal de Psicologia que, estabelecendo normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual humana, proibiu qualquer tipo de tratamento discriminatório com relação à homossexualidade.

Porém, não está prevista na legislação brasileira, até a data de hoje, a adoção conjunta por um casal homossexual, o que faz com que a criança adotada careça de qualquer proteção legal com relação ao membro do casal não-adotante, em caso de separação.

Para se ter uma noção da dificuldade enfrentada por famílias homoparentais em nosso país, até o final dos anos oitenta, mesmo os filhos naturais fora do casamento heterossexual poderiam deixar de ser reconhecidos, pois para a legislação brasileira daquela época, o seu não-reconhecimento estaria sustentado pela defesa da honra da família (Rios, 2004).

Atualmente, já com algum progresso, questiona-se a filiação biológica frente à consolidação e importância da filiação sócio-afetiva e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), permite que todo cidadão maior de 21 anos, casado ou não, independente de sua orientação sexual, possa adotar, embora casais homossexuais sejam proibidos de adotar em conjunto (com algumas exceções sob a forma de jurisprudências). Portanto, não há na lei brasileira qualquer obstáculo legal à homoparentalidade por adoção, desde que esta não seja feita pelo casal (Rios, 2004).